

Assumir responsabilidades

Ao vencedor, as batatas. Mas quem saiu vencedor no episódio das medidas adotadas pelo governo a pretexto de recuperar a economia? O setor estatal, o setor público, o governo ou a Nação? Pelas reações observadas, à primeira vista não se pode dizer que este ou aquele levará o prêmio para casa, pois a impressão dominante é a de que as providências contidas nesse último "pacote" serão ineficazes em breve. Quando o professor Gouvêa de Bulhões deixa transparecer sua irritação e seu desalento e afirma que a não-adopção da desindexação da economia levará à hiperinflação, é porque ele sabe que o País ainda não encontrou a estrada real que o levará a recuperar a economia e sair da recessão sem agravamento da inflação. O que é, sem dúvida, muito grave.

Possivelmente, o setor estatal tenha sido o vitorioso e esteja, a esta altura, banquetecendo-se com o que vai sobrar da iniciativa privada. A reação de alguns ilustres homens de empresa, entre eles o sr. Antônio Ermírio de Moraes, deixa essa impressão. O setor público da economia, é bom esclarecer, porque o Estado, este continua nau sem norte, sujeita à vontade de cada um dos membros da oficialidade, que buscam dirigi-lo para o rumo que reputam mais correto. Veja-se a divergência de opiniões em torno do problema da desindexação: o ministro Delfim Netto afirma, categórico, que são extremamente graves os riscos da desindexação numa economia amarrada como a brasileira, em que o aumento do preço do chuchu, provocado pelo aumento do preço da gasolina, conduz ao aumento da correção monetária, que engorda a bolsa dos *rendeiros*, aumenta ilusoriamente os salários dos trabalhadores e realmente os juros pagos pelo empresários, e assim por diante. Ao mesmo tempo, o ministro da Fazenda proclama que a desindexação pode ser o próximo passo (o novo "pacote") e o presidente do Banco Central declara, por sua vez, que o processo de desinde-

xação transcende a esfera do Poder Executivo e deve ser considerado uma questão política a ser resolvida pelo Congresso.

Em outras palavras, apesar da esperança expressa em nosso editorial de ontem, vê-se que no governo não se deseja assumir responsabilidade por coisa alguma no terreno da desindexação e se busca à sorrelfa transferir a solução para a arena política, isto é, para o Congresso. Caberia, antes de mais nada, uma pergunta: quando o governo, o Poder Executivo, sem dar a menor atenção ao Congresso, amarrou de tal forma a economia que as hortaliças têm relação direta com as ORTN, o problema transcendia sua competência, ou deveria ser amplamente discutido pela sociedade? Ao dar, em outro governo, diga-se a bem da verdade, todos os passos que conduziram à atual situação (programa nuclear, Aço-minas, Ferrovia do Aço, Pólo Petroquímico, etc.), pediu o Executivo a opinião da sociedade ou agiu orgulhosamente? Por que, então, esse súbito despertar de consciência política e democrática?

Não se pode dizer que falte coragem ao governo para adotar providências: quem reforma a lei salarial com um decreto-lei e depois o desfigura por outro decreto-lei; quem alimenta as altas taxas de juro por não ter tido, até esta semana, visão ou decisão para enfrentar o problema suscitado pelo déficit da dívida pública; quem, finalmente, baixa um conjunto de medidas que, desacompanhadas da desindexação, acabarão por conduzir o País à hiperinflação, quem faz isso tudo tem coragem demais. Pelo menos a coragem advinda da certeza da impunidade decorrente da falta de controle.

Há, no entanto, algo mais sutil nesta discordância entre os responsáveis pela condução da política econômica, os quais não querem assumir a responsabilidade de medidas mais im-

populares ainda do que as adotadas: é a insinuação, que fica no ar, para quem lê o noticiário sobre o "pacote", de ser a iniciativa privada a interessada em que se desamarre a economia, fim este a que se oporiam os ministros políticos no Planalto, por considerar que a medida atingiria apenas a classe trabalhadora. Esse é um ponto que deve ser devidamente esclarecido para que não se coloque os trabalhadores contra os empregadores, deixando o governo de fora para tirar a sardinha da brasa com mão de gato e aproveitar-se da crise subsequente para seus fins específicos. A desindexação afetará todos — no entanto, atingirá mais duramente os *rendeiros*, que não poderão aproveitar-se do sacrifício imposto aos trabalhadores e pagarão, eles também, a sua cota de sacrifício. O que alguns economistas da oposição estão alardeando por aí sobre a desindexação ou é argumento de má fé ou de estupidez córnea. Na verdade, se ela não vier, ter-se-á uma inflação de 200% ao ano, ou mais, sem controle de espécie alguma, a qual atingirá duramente os vencimentos acima de sete salários mínimos, mantendo-se a indexação estabelecida pelo DL nº 2.024. Mais do que isso: numa hiperinflação como a que se desenha no futuro — a qual alguns estimam possa chegar a 20% ao mês —, os trabalhadores e os empresários nada terão a ganhar. Apenas aqueles que vivem da especulação com o cruzeiro, jogando em títulos da dívida pública, no dólar ou no ouro, auferirão benefícios líquidos.

O governo que teve coragem de fazer tudo o que fez e nos conduziu a este beco sem saída deve ter um pouco mais de amor ao País e proceder à desindexação. Ou vai esperar estabelecer-se a hiperinflação e o caos para agir? A quem interessa o caos? Aos que imaginam atingir a democracia, como teme o presidente Figueiredo? A esperança de que a lógica acabe triunfando não nos abandonou. Mas é preciso que os fatos a alimentem — e logo!